

# **A Uniformologia do Corpo Expedicionário Português. Os Uniformes Portugueses da Grande Guerra**

Dr.  
João Costa Silva



Dr.  
Manuel Martins



## ***Introdução***

A proposta para esta investigação teve como ponto de partida a procura das respostas às seguintes questões: Qual foi a evolução do exército desde o final da Monarquia até à I Guerra Mundial a nível da sua dimensão, recursos e natureza? Quais eram as principais influências e origens do fardamento? Há alterações diacrónicas nos Planos de Uniformes de 1911, 1913 e 1916? Tendo em conta as condições das trincheiras da Grande Guerra, como correspondeu o fardamento e o equipamento português? Com base na iconografia e na documentação das Ordens do Exército e das Ordens de Serviço, tentar-se-á encontrar um conjunto de respostas fundamentadas.

Relativamente ao estado da arte, são inúmeras as obras relativas ao estado das Forças Armadas em Portugal no período da transição para a República, bem como sobre os motivos e objetivos que levaram à entrada de Portugal na I Guerra Mundial, cabendo-nos, apenas, enumerar algumas.

Quanto à contextualização política e militar: as *História Militar de Portugal*<sup>1</sup> e *Nova História Militar de Portugal*<sup>2</sup>, cujas secções de História Contemporânea ficam sob a responsabilidade direta ou indireta de Nuno Severiano Teixeira, são boas sínteses gerais sobre as temáticas militares portuguesas; o volume editado pela Comissão de História e Cultura Militar Portuguesa, *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*<sup>3</sup>, contém passagens úteis não só relativamente às questões militares, mas também ao contexto político português e europeu; do autor já referido anteriormente, destaca-se a sua tese de doutoramento publicada pela Estampa, *O Poder e a Guerra*<sup>4</sup> e, por último, as obras de Filipe Ribeiro Meneses<sup>5</sup> e de Isabel Pestana Marques<sup>6</sup>, mais específicas sobre o Corpo Expedicionário Português (CEP). Para um contacto mais direto, recomendam-se os Livros Brancos portugueses, publicados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), em 1997<sup>7</sup>.

A uniformologia é um tópico pouco presente na historiografia portuguesa, destacando-se as obras de Sérgio Veludo Coelho<sup>8</sup> e de um aficionado não-historiador, Pedro Soares Branco<sup>9</sup>, em relação ao fardamento da I Guerra Mundial em Portugal.

## ***1. As Forças Armadas em Portugal***

Com o golpe da Regeneração liderado por Saldanha, em 1851, o Exército Português entra num período de ausência prolongada de conflitos com os restantes exércitos europeus - os mais beneficiados pela industrialização da própria guerra. No entanto, mesmo o meio século que antecede a I Guerra Mundial é marcado por profundas alterações desencadeadas pelo progresso tecnológico da Europa de finais do século XIX.

É de notar, no entanto, que esses avanços não são acompanhados pela teoria de guerra vigente - o movimento que caracteriza as deflagrações de maior dimensão, como a

Guerra Austro-Prussiana ou a Guerra Franco-Prussiana, e que é o pilar basilar da teoria bélica da altura - conflitos curtos e batalhas decisivas - é substituído pela guerra estática, industrial, e desumana, ou seja, total.

A posição periférica e ausente, bem como a sua crónica falta de recursos, tem resultados significativos na condição a que chegaram as forças armadas portuguesas, no final da Monarquia e na I República.

### **1.1 Os factores de modernização militar finissecular - guerras industriais e guerras totais, guerras de movimento e guerras estáticas**

Explicar as causas profundas e imediatas da I Guerra Mundial tem consumido parte significativa da atenção dos historiadores contemporâneos com apetite pela História do século XX - Hobsbawm, desde logo, na criação do seu conceito de 'curto século XX', elege o início da I Guerra Mundial e as características que inauguram um novo tipo de conflito, o total, como o ponto de rutura definitiva com o otimismo positivista da *Belle Époque* e o fim da sociedade oitocentista<sup>10</sup>.

Telo identifica vários factores que motivam a modernização militar nos finais do século XIX/início do século XX, estando estes intimamente ligados à Segunda Revolução Industrial<sup>11</sup>, que se prendem também com a evolução do equipamento e do fardamento: a invenção da eletricidade e a utilização da combustão petrolífera enquanto fonte de energia, além da aplicação militar dos avanços da metalurgia e da química. Assim, surge a pólvora sem fumo, graças à química, os avanços necessários para a produção em série de armas de repetição e automáticas e da artilharia de retrocarga com sistemas hidráulicos, graças à metalurgia, e a aplicação da telegrafia sem fios para a comunicação entre várias unidades militares, graças à eletricidade<sup>12</sup>.

Não sendo uma lista exaustiva das inovações militares do período (ignoramos, por exemplo, a motorização), contém várias chaves necessárias para um entendimento da evolução geral do fardamento e equipamento da infantaria na Europa: a pólvora sem fumo faz terminar os cenários tipicamente napoleónicos de batalhas campais em nuvens de fumo branco que cobriam as fileiras de soldados trajados de cores estridentes que facilitassem a sua identificação e localização, além de que a cadência de tiro superior e mais precisa inviabilizou formações lineares massivas que conseguissem compensar a imprecisão das armas de pederneira com a massificação do fogo. Por sua vez, a telegrafia eléctrica facilita a comunicação entre unidades militares, que combatem um inimigo que lhe estava cada vez mais distante e se queria agora difícil de identificar, também contribuindo para o abandono de fardamento e equipamento individual que facilitasse, e não o oposto, a identificação das unidades<sup>13</sup>.

Em suma - o desenvolvimento tecnológico e científico é fundamental para estabelecer as linhas-mestras do combate do século XX, mesmo que, no plano teórico militar, estes avanços estivessem por ser compreendidos - como rapidamente descobririam, os co-

nhecimentos táticos e estratégicos dos oficiais superiores não estavam preparados para evolução do conflito para uma guerra de trincheiras, nem para o impacto da evolução tecnológica.

## **1.2 As Reformas Republicanas de 1911 - do semiprofissionalismo ao exército de base miliciana**

Os dirigentes republicanos entendem que a indiferença generalizada com que a cúpula militar assistiu à queda da Monarquia não se traduziria no apoio à jovem República. Um exército de chefias monárquicas assente numa estrutura semiprofissional e permanente, com recrutamento guiado pela lotaria ou pela remissão (substituição ou pagamento para isentar o loteado), principalmente direcionado para a manutenção da ordem interna num país com forças policiais débeis (as Guardas Municipais, além de desempenharem uma função de salvaguarda pretoriana da Monarquia, restringiam-se a Lisboa e ao Porto) e pouco presentes no belicismo europeu, excetuando eventuais expedições coloniais<sup>14</sup>.

As reformas de fundo do exército metropolitano teriam dois objetivos fundamentais: a salvaguarda da integridade territorial de Portugal continental e arquipélagos europeus, principalmente contra uma Espanha entendida como a principal ameaça (anexionista, quanto aos monárquicos, ou federalista, quanto à esquerda do republicanismo), e a republicanização da principal força armada, simultaneamente neutralizando-a enquanto ameaça e tornando-a num instrumento de defesa do próprio regime<sup>15</sup>. Assim, com a diluição da identidade corporativa do Exército, ao alargar o serviço militar obrigatório a franjas significativas da população e através da criação da figura do oficial miliciano, é reforçada a identificação com a República e as suas instituições e, também, o enfraquecimento daquele que seria o corpo “mais permanente” desta força armada, um quadro reduzido de oficiais e sargentos profissionais.

Estas reformas têm como pilares dois decretos: primeiro, o decreto de 2 de Março de 1911, Lei do Recrutamento para o Exército, e o decreto de 25 de Maio do mesmo ano, a Lei da Organização-Geral do Exército. Instituíam-se o Serviço Militar Obrigatório (SMO) de acordo com os princípios da nação-em-armas, adotados por toda a Europa tomando a Alemanha como inspiração principal e, no caso português, o modelo suíço e as suas especificidades. As remissões são abolidas e o serviço militar na permanência é reduzido a um ano, com formações de duas semanas com periodicidade anual dos cidadãos nas forças ativas (após a saída da permanência, durante uma década, com outra década posterior na reserva)<sup>16</sup>. Além da concretização da estrutura miliciana, que seria reforçada com a inclusão de oficiais milicianos (vistos, frequentemente, como competição ameaçadora aos oficiais de carreira), o poder militar fica totalmente subordinado ao poder civil, dividido entre dois ministérios e perdendo a tutela das Colónias.

## **1.3 As tentativas de rearmamento**

Se já durante o reinado de D. Carlos se tinha começado um programa de rearmamento das Forças Armadas, a I República mantém esta tendência, desde logo, evidente na evolução do PIB dedicado às despesas militares (1900 - 1,2%; 1910 - 1,4%; 1911 - 1,7%; 1912 - 1,6%; 1913 [ano da restrição orçamental afonsista que resultou no superavit financeiro] - 1,5%; 1914 - 2,3%; 1915 - 4,4%)<sup>17</sup>, além de poder contar com várias aquisições feitas no tempo da Monarquia - a importação de armamento ligeiro em quantidades maciças, primeiro da Áustria, depois da Alemanha, e a importação de peças de artilharia, também da Alemanha, numa fase inicial, e da França numa fase posterior<sup>18</sup>.

Além das questões do armamento, notam-se desenvolvimentos no próprio complexo militar-industrial: às fábricas de produção de armamento mais antiquado no Arsenal são adicionadas a fábrica da pólvora sem fumo e a Fábrica Braço de Prata, para a produção de munições de artilharia, além da criação da Manutenção Militar e da Oficina e Depósito de Fardamento. É necessário indicar-se, no entanto, que estes desenvolvimentos também foram concretizados no período monárquico<sup>19</sup>.

#### **1.4 As falências estruturais - continuidades da monarquia e a irrupção da I Guerra Mundial**

Apesar dos incentivos ao desenvolvimento militar feitos pela Monarquia e pela própria República, a crónica falta de recursos financeiros de Portugal põe em causa todo este programa, desde as reformas de 1911 à continuação das iniciativas de aquisição de armamento<sup>20</sup> - apenas em 1914, a parcela do PIB dedicada às despesas militares ultrapassa os 2%, e nem esta maquia era dedicada exclusivamente ao Exército, nem se arma um integralmente em apenas um ano. Apesar dos desenvolvimentos da indústria militar portuguesa, permanecem também falhas estruturais a nível das matérias-primas e da própria produção: Portugal não tem nem os recursos nem a perícia tecnológica a nível metalúrgico para produzir os componentes integrantes do armamento<sup>21</sup>.

Com as incursões monárquicas de Paiva Couceiro, nos primeiros anos da República, e a eclosão da I Guerra Mundial, em 1914, a tentativa de transitar o exército semiprofissional deixado pela Monarquia nunca consegue arrancar totalmente, nem tem tempo suficiente para produzir modificações substanciais - apenas consegue desestruturar a força já existente de tal forma que agrava a dificuldade das iniciativas militares portuguesas no âmbito da Guerra<sup>22</sup>. O próprio SMO, devido às debilidades da burocracia estatal e da generalização das exceções ao Serviço, é posto em causa e os efetivos militares de ambos os ramos continuam aquém das expetativas (c. de 40.000, em 1910, c. de 50.000, em 1911, c. de 120.000, em 1918 [já em pé de guerra])<sup>23</sup>.

Também é seguro inferir-se que, com a criação da Guarda Nacional Republicana, que os sucessivos governos democráticos reforçam como sustento do regime republicano e contrapeso ao Exército, os recursos pouco abundantes de Portugal dedicados às despesas militares veem-se ainda mais fracionados - nem aquela força é suficiente para cumprir as funções que lhe tinham sido estipuladas (o Exército continua a desempenhar funções de

ordem interna)<sup>24</sup>, nem este consegue alcançar os propósitos que os republicanos estabelecem.

## ***2. Fardamento e equipamento***

A principal instituição portuguesa responsável pela produção nacional do fardamento e equipamento para o Exército Português tem origens humildes - surge, em 1901, no âmbito já referido das iniciativas de rearmamento e expansão da produção militar portuguesa, com um despacho que cria uma Oficina de Alfaiate destinada a apetrechar os dispositivos militares do Campo Entrincheirado de Lisboa, estrutura militar basilar no planeamento defensivo do país. Esta Oficina é transformada, em 1903, no Depósito Central de Fardamento, acompanhando a tendência de criação de novas unidades fabris militares que pusessem em prática as inovações tecnológicas, com destino a fornecer artigos e mercadorias a Corpos do Exército, hospitais e outros estabelecimentos militares. A nível do calçado, é criada a Fábrica do Calçado, em 1911, no edifício de Santa Engrácia. O Depósito Central de Fardamento apenas assumirá a designação de Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado em 1926. Em 1969, esta designação é alterada para Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, após a Fábrica Militar de Santa Clara ser incorporada nessa instituição.

### **2.1 Os Planos de Uniformes**

Entre a queda da Monarquia e o final da I Guerra Mundial, destacam-se três momentos na evolução dos uniformes portugueses - 1911, com a publicação do Plano de Uniformes para o Exército, na O.E. n.º 16 da I Série de 1911; 1913, com a publicação da O.E. n.º 15, na I Série de 1913 - *Plano de Uniformes - Alterações ao plano de 7 de Agosto de 1911*, cujo prefácio é fundamental para entender o porquê do Plano de 1911 ser inadequado e inexecutável, além desta O.E. estar inserida num contexto político-financeiro mais vasto; 1916, com os Decretos 2:231 e 2:759 da O.E. n.º 2 da I Série de 1916, que estabelecem as principais características do uniforme utilizado pelo Corpo Expedicionário Português (CEP).

No entanto, é de referir a existência de Ordens de Serviço e outros decretos com alterações mais ou menos significativas ao longo destes anos que, por questões de operacionalidade e pela sua própria natureza muito específica, não serão tidos em conta neste ensaio de forma pormenorizada. Também é necessário referir que a força das próprias condições e eventos que o CEP enfrentou durante o seu serviço na Flandres levou a numerosas alterações e adaptações dos uniformes, mesmo que estas não fossem sequer regulamentadas a nível oficial.

O Plano de Uniformes de 1911 insere-se no projeto de criação de simbologia própria e apagamento da Monarquia do imaginário pela I República - pauta-se pelo “sacrifício de

aspectos práticos e económicos em favor de tornar a aparência das tropas num projeto político”<sup>25</sup>. Recorde-se que, como referido no capítulo anterior, o Exército semiprofissional da Monarquia assiste com apatia à implantação da República, sendo visto como uma prioridade para o novo regime a sua republicanização, na qual se inseriam a abolição das ordens honoríficas e, naturalmente, a criação de uma nova imagem e simbologia militar que se adequasse à nova situação política, incluindo os trajes.

Este Plano é caracterizado pela sua complexidade e multiplicidade de variações cosméticas das peças dos uniformes: os uniformes dividiam-se, desde logo, no Grande Uniforme (dedicado às cerimónias de maior prestígio), no Pequeno Uniforme (nas cerimónias mais gerais e em serviço de representação), no Uniforme de Campanha (utilizado nas expedições e combates) e no Uniforme de Instrução (também utilizado, além das formações, no serviço interno de guarnições e em exercícios de formatura)<sup>26</sup>. O azul-ferrete permaneceu generalizado nas peças, mesmo nas calças utilizadas em campanha, com o dólman de serviço cinzento abotoado a meio do peito por seis botões cobertos por pestana; a nível de cores das guarnições das peças de uniforme, também havia grande variação nas golas e carcelas dos dólmans e casacos, das dragonas, das listas das calças e nas divisas<sup>27</sup>.

A complexidade e variação é a principal fonte de críticas a este Plano, a mais notável sendo um artigo publicado na *Revista de Infantaria*, em Outubro de 1911: o autor considera-o uma oportunidade perdida para impor uma “verdadeira uniformidade de trajo para todas as armas, para todos os serviços, para todos os militares, enfim”, com “variedade infinita de cores e extravagância”, “diversidade de artigos” e assente em princípios obsoletos da uniformologia, ao adotar características de um figurino de base francesa já rejeitado pelos próprios franceses, que estavam a efetuar estudos a nível da regulamentação uniformológica<sup>28</sup>. Esta desigualdade está patente, desde logo, nas alíneas 1 e 2 do Artigo 3.º do Plano<sup>29</sup>.

Seriam estas críticas plasmadas na justificação da transição para o “Plano” de Uniformes de 1913, evidente no prólogo da Ordem do Exército que o estabelece: é explicitado o princípio da “economia” como a principal motivação para esta alteração e como a linha mestra dos uniformes nos exércitos em geral, visando “*tornar estes cada vez mais simples e pouco dispendiosos*”, uma vez que “*os militares [...] tem [sic] de o adquirir à sua custa*”. São elencados, no prólogo, os fatores que permitem esta economia: qualidade, duração e resistência das matérias-primas, a fixação da cor nos têxteis, a simplicidade do corte que dispense intensidade a nível da mão-de-obra<sup>30</sup>.

Assim, mais importante do que as alterações principais nas peças de uniforme - a saber, a supressão do chapéu e a adoção do chapéu-capacete no Uniforme de Campanha<sup>31</sup>, a introdução de um novo tipo de uniforme (além do Grande Uniforme, referido como N.º 1, o Pequeno Uniforme, referido como N.º 2, e a alteração da designação do Uniforme de Campanha para N.º 4 e o Uniforme de Instrução para N.º 5, também é criado o Uniforme N.º 3, dedicado a passeios, guarnições e serviços sem tropa), mais elementos de distinção entre praças e sargentos e a introdução das grevas no fardamento de campanha dos oficiais - é o que levou a estas alterações e a contextualização mais geral em que se

inserir.

Há que ser referida a difícil situação financeira da I República e os esforços de contenção orçamental levados a cabo por Afonso Costa enquanto Presidente do Conselho de Ministros, recorrendo à “Lei travão” para impedir despesas acrescidas e atingir um *superavit* orçamental no mesmo ano em que são publicadas as alterações ao Plano<sup>32</sup>. É possível estabelecer-se uma ligação entre os princípios da simplificação estabelecida pelo Plano e, também, na autorização de utilização de peças abandonadas anteriormente e que estejam em depósito e em condições de serem transformadas<sup>33</sup>.

As principais alterações dos dois decretos de 1916, a nível das peças, são as seguintes: as botas de cabedal preto passam a ser de couro natural, a imposição da mescla de lã ou cotim de algodão cinzentos no barrete, as calças abandonam definitivamente o azul-ferrete e o dólman de serviço adota uma figura junta, algibeiras superiores mais pequenas e inferiores de maior dimensão, externas ao corpo principal da peça.

Por último, destaca-se a Ordem de Serviço n.º 119 de 6 de Julho de 1917, que formaliza muitas das adaptações do uniforme e do equipamento às condições encontradas na Flandres, evidenciando as insuficiências que serão expandidas adiante.

Os principais materiais ao longo de todo o período serão o cotim de algodão ou mescla de lã cinzenta, dependendo das condições climatéricas, constituindo uma fonte de procura importante para a indústria têxtil portuguesa, com consequências operacionais que também serão explicitadas adiante.

## 2.2 A estética e as inspirações

A dificuldade na obtenção de fontes documentais dificulta uma análise segura e totalmente comprovada quanto à inspiração estética do fardamento. No caso português, não foi possível ser encontrada documentação dos autores dos Planos de Uniformes que pudesse complementar e sustentar as suposições que, em seguimento disto, são feitas através da análise da iconografia existente.

A estética do uniforme, em si, obedecia a diversos critérios, podendo realçar-se a aproximação ideológica a uma potência ou hegemonia militar de outra num determinado período histórico<sup>34</sup> - desde a adoção de certas peças ilustrativas dos uniformes de nações militarmente dominantes, com particular destaque para a França e a Prússia/Alemanha, até à quase-cópia dos próprios uniformes em si. Ilustrando com exemplos contemporâneos, facilmente comprovados pela iconografia atual, comparem-se as fardas cerimoniais do exército chileno, treinado pelos alemães no início do século XX, com o fardamento alemão das Grandes Guerras.

Quanto ao caso português, a já referida influência do ideal revolucionário francês também se traduziu no Plano de Uniformes de 1911. Isto é óbvio, desde logo, no formato do barrete, descrito como *“cilíndrico, com a forma indicada nas fig. 128 e 130 e formado de*



*duas partes, ligadas por uma costura, em toda a volta*". Compare-se este desenho com o *képi* mantido pelos uniformes cerimoniais franceses até aos dias de hoje ou o atual barrete da Guarda Nacional Republicana. Isto também é evidente pelas golas elevadas e pouco ergonómicas dos *dólmans*, que dificultavam a rotação do pescoço e a utilização de equipamento complementar e outras, mencionadas por Sérgio Veludo Coelho, como o casaco, a abotoadura única, as *dragons* com franja de lã e o *bivaque*<sup>35</sup>.

A partir de 1913, nota-se um acentuar da influência britânica e germânica no fardamento e equipamento - é estabelecido um novo tipo de barrete, de copa alargada e viseira (os de inspiração germânica tinham uma copa menos alargada que os de inspiração britânica<sup>36</sup>), e o chapéu-capacete (baseado nos chapéus *pith*), inovação do plano de 1913, apresenta um espinho que o assemelha ao *pickelhaube* prussiano que estaria em uso no exército alemão ainda em 1914.

Uma motivação de queixas dos britânicos do *British Expeditionary Force* foi a similaridade da mescla de lã cinzenta portuguesa ao *feldgrau* utilizado pelos alemães nos seus uniformes. No entanto, após análise de réplicas, de peças originais e de iconografia, em que se constata a semelhança de cor entre os dois fardamentos, verifica-se que o cinzento português apresentava uma tonalidade mais azulada (apesar de, devido à fraca qualidade do fabrico, haver variações nessa tonalidade), enquanto o alemão tinha uma tonalidade mais esverdeada. É possível que a opção da tonalidade azulada esteja relacionada com a adoção do azul-horizonte pelo Exército francês, podendo significar uma manutenção subtil da influência francesa no fardamento português.

Por último, o equipamento tem clara inspiração, quando não origem, britânica - os dispositivos anti-gás (*PHG helmet* e *small box respirator*), os capacetes *Brodie* que receberam a designação de m/1916 (com copa canelada) e m/1917 (com copa lisa), consoante o ano de adoção, o sistema de equipamento individual de lona m/1912 (adoção portuguesa do *pattern 1908*) e o sistema de cinturão e correia peitoral *Sam Browne*, para oficiais<sup>37</sup>.

### **2.3 Adequação e críticas ao fardamento e ao equipamento**

A avaliação geralmente negativa que fazemos do equipamento português, com base na bibliografia e na documentação relevante, baseia-se em três parâmetros: a fraca qualidade dos materiais e da capacidade de transformação da indústria portuguesa, a desadequação das peças do uniforme e das tentativas de soluções que foram implementadas (visíveis nas ordens de serviço do CEP durante a sua permanência na Flandres) e das próprias dificuldades de abastecimento devido à insuficiência da Marinha Portuguesa e da sobrecarga da tonelagem britânica, particularmente agravada com a entrada dos EUA na Guerra e a necessidade de transportar centenas de milhares de homens e toneladas de equipamento pelo Atlântico.

No transporte do CEP para a França, a dificuldade no acondicionamento dos uniformes e equipamento resulta no transporte pessoal destes elementos pelos próprios soldados,

“compelidos a vesti-lo ou a colocá-lo na mochila, abolindo-se ainda o saco de fardamento”<sup>38</sup>. Aquando da sua chegada, numa tentativa de simplificar a logística, é eliminado um conjunto de peças, como “os atacadores, o cachecol, as luvas de lã e as palmilhas”, ao mesmo tempo que são adicionados outros elementos ao equipamento, como “os acessórios para tenda, as alpergatas, as polainas e o saco para terra”<sup>39</sup>.

As condições climáticas, em conjunto com o mau uso do equipamento pelos próprios soldados, resultam numa deterioração particularmente acelerada das peças, já fragilizadas pelo seu fabrico com recurso a materiais de qualidade pobre. Na documentação da época, ficam patentes as críticas à desaqueção das peças dos uniformes e do equipamento às condições das trincheiras, destacando-se, desde logo, a Ordem de Serviço n.º 119 de 6 de Julho de 1917, que regulamenta muitas das adaptações *ad hoc* dos uniformes e do equipamento às condições encontradas na Flandres, evidenciando as suas insuficiências.

São diversos os elementos sujeitos a escrutínio, desde logo, o cinzento-azulado dos uniformes, alvo de crítica dos britânicos, que a consideram demasiado próxima do cinzento dos uniformes alemães<sup>40</sup>, além desta cor estar mais sujeita à visibilidade da sujidade resultante do serviço nas trincheiras. A própria mescla desadequava-se às condições climáticas devido à permeabilidade, revelando-se incapaz de resistir ao frio e à chuva. Isabel Pestana Marques afirma que foi proposta a substituição da cor cinzenta pelo verde caqui dos uniformes ingleses, que facilitaria a camuflagem, bem como a produção dos dólman portugueses nas fábricas têxteis inglesas, e que estas propostas teriam sido rejeitadas devido aos interesses dos fabricantes portugueses e do próprio exército português em manter uma imagem distinta<sup>41</sup>.

Não obstante estas resistências, verificam-se, de facto, algumas tentativas de solucionar algumas falhas mais práticas dos uniformes do CEP. Um dos focos nestas alterações foi a melhoria dos agasalhos dos soldados, nomeadamente no que toca à sua liberdade de movimento e à proteção contra o frio – a principal preocupação dos praças do CEP, muito afetando o seu moral, era o medo do frio da Flandres, muito mais intenso que o do inverno português. O capote das praças sofre alterações neste sentido, tendo sido reduzido em comprimento e adicionado dois bolsos frontais abaixo da cintura<sup>42</sup>. Estas alterações visam evitar o seu arrastamento na lama das trincheiras, de modo a aumentar o seu manuseio e durabilidade. Quanto aos dólman, as golas direitas dificultam o movimento dos soldados, bem como a colocação das máscaras anti-gás. Porém, apenas a gola dos dólman dos oficiais é alterada, sendo adotada a gola voltada, mais próxima das golas dos dólman britânicos. Uma das alterações mais memoráveis é a permissão do uso dos agasalhos de pele de carneiro – os safões e os pelicos – que visam o combate ao frio, resultando, porém, em consequências sanitárias negativas (por atrair parasitas) e no dano da imagem do CEP junto das tropas aliadas e das tropas alemãs. Os cachecóis, também permitidos, bem como os novos agasalhos dos oficiais têm algum sucesso, mas, no geral, as alterações adotadas junto dos uniformes das praças continuaram a revelar-se insuficientes<sup>43</sup>.

Pestana Marques destaca ainda dois outros elementos do fardamento que receberam

alguma atenção devido à sua inadequação. O primeiro destes é o capacete de aço, denunciado pela sua qualidade inferior em comparação ao dos capacetes ingleses. Tinha uma deficiência particular na sua capacidade de amortecimento, devido à sua técnica rudimentar de ligação ao forro. Este problema é resolvido através da adoção, já em Calais, do sistema de amortecimento inglês, permanecendo o uso do aço português no fabrico dos capacetes que “manteve a inferioridade de resistência em relação aos capacetes britânicos”<sup>44</sup>.

O CEP utilizou dois modelos de capacetes: o capacete *Brodie*, de copa canelada, a que foi dada a designação m/1916, e a sua forma com adaptações técnicas, com a designação britânica Mk. I e a designação portuguesa m/1917. Soares Branco considera que a concessão do modelo m/1916, de qualidade francamente inferior, se prende com o desprezo das autoridades britânicas pelas tropas portuguesas<sup>45</sup>. No entanto, discordamos desta afirmação - a sobrecarga da indústria e tonelagem britânicas, tanto pela necessidade de armar as suas tropas, como para armar, além do CEP, outros corpos dos Domínios, justifica, na nossa opinião, a atribuição de material já existente a soldados de outras nacionalidades, que eram preteridos em relação aos soldados britânicos, até que estes dispusessem do equipamento mais tecnologicamente sofisticado.

O segundo elemento em questão é o calçado. Este desgastava-se rapidamente devido à ausência de impermeabilização e, por vezes, ao uso não regulamentar - “o cabedal ao enxugar perdia a elasticidade e rasgava-se”<sup>46</sup>. Foi sugerida a utilização de óleo de baleia para contornar este problema, mas devido à carência deste material é utilizada uma mistura de sebo de boi e óleo de peixe, que constituía uma gordura de menor qualidade - “O sucesso da impermeabilização foi, então, comprometido”<sup>47</sup>.

Toda esta questão de insuficiência a nível de qualidade e quantidade tem que ser inserida num quadro mais amplo de insuficiência geral da tonelagem mercante britânica para fazer face a todos os desafios que lhe são postos: além de manter uma conexão transcontinental com todos os domínios da Grã-Bretanha, também fica responsabilizada por transportar centenas de milhares de soldados americanos e respetivos abastecimentos com a entrada dos EUA na Guerra, agravando ainda mais a situação logística do CEP, precária desde o início<sup>48</sup>.

## **Conclusão**

Com este ensaio, espera-se ter dado mais um passo tímido na direção de um conhecimento aprofundado sobre a uniformologia portuguesa.

Conclui-se ter estado presente uma transição de influência francesa para influência germânica e britânica na uniformologia portuguesa, reflexo das próprias afinidades políticas da I República e da sua diplomacia. Além disso, está patente a fraqueza do complexo militar industrial português, que se viu sobrecarregado e incapaz de satisfazer as necessidades militares do CEP durante a Grande Guerra, acentuando a sua

dependência do Exército britânico. Os Planos de Uniforme evoluíram com uma tendência simplificadora e pragmática, de modo a reduzir os seus custos e, com complementos através das Ordens de Serviço, aumentar a sua adaptabilidade e eficácia nos contextos militares em que o Exército Português se inseria.

O contacto direto com a documentação foi fundamental, uma vez que a bibliografia do tema escasseia, especialmente em relação à época histórica escolhida, e permitiu colmatar uma das fraquezas comumente presente nos currículos universitários - uma componente mais prática e inserida na aplicação dos conhecimentos, permitindo adquirir competências de investigação em alunos de licenciatura. Além disso, o complemento do contacto com práticas museológicas, auxiliares ao trabalho do historiador e a obrigação de comunicação entre ciência e a comunidade, permite conhecer o funcionamento interno dos museus, instituições intimamente ligadas à História e à sua interação com a população leiga em geral, ao dinamizar a relação estabelecida entre o observador e o presente objeto de estudo.

Recomenda-se, no entanto, o prosseguimento de estudos neste sentido - apesar da conceptualização teórica rudimentar ter sido desenvolvida por Sérgio Veludo Coelho, como já foi referido, a investigação no âmbito desta temática escasseia, particularmente em épocas fora do interesse desse autor, que está especializado no século XIX e na uniformologia da Monarquia Constitucional. Este tipo de estudos, a nível cultural, permite entender as principais influências estéticas externas na moda militar, que, muitas vezes, tem uma tradução na moda civil em geral.

É de notar que Portugal se manteve ausente de conflitos militares entre a I Guerra Mundial e a Guerra Colonial, começada em 1961, o que facilitaria certas componentes de um estudo sobre a eficácia do fardamento e do equipamento português, bem como a capacidade de produção industrial militar, durante um novo contexto de guerra, podendo pôr em causa certos componentes de um estudo posterior. Não obstante, a questão da estética e do fornecimento mantêm-se fulcrais para se compreender de quem estava Portugal dependente e com quem mantinha maiores afinidades.

## ***Fontes***

### ***Arquivos:***

Arquivo Histórico Militar

Arquivo Municipal de Lisboa

### ***Fontes Documentais:***

(AHM)

Documentação sobre uniformes 1911-1913-1920-1933-1934-1936

Cota: PT/AHM/DIV/3/CX9/doc 33

I Série 1911 - O.E. n.º 16 - Plano de Uniformes para o Exército

I Série 1913 - O.E. n.º 2 - Plano de Uniformes - Por ter saído com inexactidões publica-se novamente o decreto de 28 de Dezembro de 1912, com alterações ao mesmo plano

I Série 1913 - O.E. n.º 15 - Plano de Uniformes - Alterações ao plano de 7 de Agosto de 1911

I Série 1916 - O.E. n.º 2 Decreto n.º 2:231 - Alterações ao plano de uniformes

I Série 1916 - O.E. n.º 2 Decreto n.º 2:759 - Alterações ao plano de uniformes

### **Fontes Publicadas:**

*Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Tomos I e II. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997.

## **Bibliografia**

Albuquerque, Miguel. «A Constituição do Corpo Expedicionário Português e o “Milagre de Tancos”». *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, coordenada por Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha, 391-420. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018.

Branco, Pedro Soares. *Uniformes do Corpo Expedicionário Português*. Porto: Fronteira do Caos, 2014.

———. *Uniformes do Exército Português 1913-1919*. Porto: Fronteira do Caos, 2015.

Calçada, José Antunes. «Elementos Essenciais do Combate». *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, editado por Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha, 469-80. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018.

Coelho, Sérgio Veludo. «Uniformologia - O jogo da aparência e da realidade». *Revista População e Sociedade*, n. 4 (1999): 229-50.

———. «Os Uniformes do Exército Português na Transição da Monarquia para a República». Lisboa, 2010.

———. «O combatente português da grande guerra - fardamento e equipamento». *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, editado por Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha, 199-228. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar,

2018.

Ferreira, José Medeiros. «As Forças Armadas e a República: Antes, Durante e Depois da Primeira Guerra Mundial». *Nova História Militar de Portugal*, editado por Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata, 4:267-76. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004.

———. «O Sidonismo e os Militares». *Nova História Militar de Portugal*, dirigida por Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata, 4:277-86. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004.

Hobsbawm, Eric. «The Age of Total War». *The Age of Extremes - 1914-1991*, por Eric Hobsbawm, 21-53. Londres: ABACUS, 1995.

Lousada, Abílio Pires, e Jorge Silva Rocha, eds. *Portugal na 1ª Guerra Mundial: uma história militar concisa*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018.

Marques, Isabel Pestana. *Das Trincheiras, Com Saudade*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

Martinez, Pedro Soares. «A Grande Guerra através dos “Livros Brancos” portugueses». *Portugal na 1ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, editado por Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha, 519-40. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018.

Matos, Luís Salgado de. «República: um “corpo com alma”». *Nova História Militar de Portugal*, editado por Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata, 4:117-42. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004.

Meneses, Filipe Ribeiro de. *De Lisboa a La Lys - O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra*. Alfragide: Dom Quixote, 2018.

Rocha, Jorge Silva. «Organização do Exército Metropolitano». *Portugal na 1ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, editado por Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha, 133-51. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018.

Serra, João B. «A evolução política (1910-1917)». *História da Primeira República Portuguesa*, por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, 93-128. Lisboa: Tinta da China, 2010.

Teixeira, Nuno Severiano, ed. *História Militar de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017.

———. *O Poder e a Guerra 1914-1918 - Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

———. «O Tempo das Guerras Totais (1890-1945)». *História Militar de Portugal*, editado por Nuno Severiano Teixeira, Francisco Contente Domingues, e João Gouveia Monteiro,

439-71. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017.

———. «Portugal e a Grande Guerra». *Nova História Militar de Portugal*, editado por Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata, 4:14-34. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004.

Teixeira, Nuno Severiano, e Manuel Themudo Barata, eds. *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 4. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004.

Telo, António José. «Os Começos do Século». *Nova História Militar de Portugal*, editado por Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata, 4:351-85. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004.

---

[1](#) Nuno Severiano Teixeira, coord., *História Militar de Portugal* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2017).

[2](#) Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata, dirs., *Nova História Militar de Portugal*, vol. 4 (Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004).

[3](#) Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha, eds., *Portugal na 1ª Guerra Mundial: uma história militar concisa* (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018).

[4](#) Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra 1914-1918 - Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra* (Lisboa: Editorial Estampa, 1996).

[5](#) Filipe Ribeiro de Meneses, *De Lisboa a La Lys - O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra* (Alfragide: Dom Quixote, 2018).

[6](#) Isabel Pestana Marques, *Das Trincheiras, Com Saudade* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2008).

[7](#) *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Tomos I e II (Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997).

[8](#) Sérgio Veludo Coelho, «Os Uniformes do Exército Português na Transição da Monarquia para a República» (XIX Colóquio de História Militar 100 anos de regime

republicano: políticas, rupturas e continuidades, Lisboa, 2010); Coelho, «O combatente português da grande guerra - fardamento e equipamento», em *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, ed. Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018), 199-228; Coelho, «Uniformologia - O jogo da aparência e da realidade», *Revista População e Sociedade*, n. 4 (1999): 229-50.

[9](#) Pedro Soares Branco, *Uniformes do Exército Português 1913-1919* (Porto: Fronteira do Caos, 2015); Pedro Soares Branco, *Uniformes do Corpo Expedicionário Português* (Porto: Fronteira do Caos, 2014).

[10](#) Eric Hobsbawm, «The Age of Total War», em *The Age of Extremes - 1914-1991*, por Eric Hobsbawm (Londres: ABACUS, 1995), 22, «Mankind survived. Nevertheless, the great edifice of nineteenth-century civilization crumpled in the flames of world war, as its pillars collapsed.»

[11](#) António José Telo identifica, na nossa opinião erroneamente, os avanços tecnológico-económicos como a Terceira Revolução Industrial. No entanto, seguindo a linha estabelecida em David Landes. *The Unbound Prometheus: Technical Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present* (New York: Cambridge University Press, 2003), adoptamos a tese de que a Segunda Revolução Industrial é marcada pelo advento da eletricidade e do petróleo (meados do séc. XIX a meados do séc. XX), com desenvolvimento substancial na Metalurgia e na Química, enquanto a Terceira, que surge após a IIGM, é marcada pela digitalização e o desenvolvimento da eletrónica e da computação, sendo seguida pela Quarta, relacionada com o desenvolvimento das ciências computacionais e da automatização.

[12](#) António José Telo, «Os Começos do Século», em *Nova História Militar de Portugal*, ed. Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata, vol. 4 (Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004), 351-351.

[13](#) Cf. José Antunes Calçada, «Elementos Essenciais do Combate», em *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, ed. Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018), 469-80, que oferece uma visão diacrónica da evolução das operações e das batalhas, incluindo sínteses relativamente às táticas e aos fatores da sua inviabilização posterior.

[14](#) Jorge Silva Rocha, «Organização do Exército Metropolitano», em *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*, ed. Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018), 133-34; Teixeira, «O Tempo das Guerras Totais (1890-1945)», 454.



[15](#) Nuno Severiano Teixeira, «Portugal e a Grande Guerra», em *Nova História Militar de Portugal*, ed. Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata, vol. 4 (Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004), 18-19; Rocha, «Organização do Exército Metropolitano» (2018), 134-35; José Medeiros Ferreira, «As Forças Armadas e a República: Antes, Durante e Depois da Primeira Guerra Mundial», em *Nova História Militar de Portugal*, ed. Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata, vol. 4 (Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004), 267-69; Luís Salgado de Matos, «República: um “corpo com alma”», em *Nova História Militar de Portugal*, ed. Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata, vol. 4 (Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004), 120-22.

[16](#) Telo, «Os Começos do Século» (2004), 353; Rocha, «Organização do Exército Metropolitano» (2004), 134-36.

[17](#) Matos, «República: um “corpo com alma”» (2004), 120.

[18](#) Telo, «Os Começos do Século» (2004), 359-60.

[19](#) *Idem*, 357-58.

[20](#) *Idem*, 363.

[21](#) *Idem*, 358.

[22](#) Rocha, «Organização do Exército Metropolitano» (2004), 142-48; Telo, «Os Começos do Século» (2004), 364-65.

[23](#) Matos, «República: um “corpo com alma”» (2004), 118; Teixeira, «O Tempo das Guerras Totais (1890-1945)» (2017), 457.

[24](#) Matos, «República: um “corpo com alma”» (2004), 132-33.

[25](#) Sérgio Veludo Coelho, «O combatente português da Grande Guerra - fardamento e equipamento», em *Portugal na 1.ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa* (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018), 8.

[26](#) Ordem do Exército n.º 16 da I Série de 1911, 1133-34.

[27](#) Cf. Quadros n.º 1 e n.º 2 da Ordem do Exército n.º 16 da I Série de 1911, 1139-41.

[28](#) Transcrito em Coelho, «O combatente português da Grande Guerra - fardamento e equipamento» (2018), 7-8.

[29](#) “§1.º Os tecidos e artefactos destinados aos officiaes, chefes de musica e aspirantes a official serão, tanto quanto possível, iguaes em côr aos das praças de pret [forma arcaica da expressão «praças de pré», categoria que inclui as patentes mais baixas da hierarquia militar, incluindo soldados e cabos], *mas de qualidade superior.*” / “§2.º O pano dos uniformes dos sargentos-ajudantes e sub-chefes de musica poderá ser igual, em qualidade ao dos officiaies.”

[30](#) Ordem do Exército n.º 15 da I Série de 1913, 687.

[31](#) Cf. Figura 8.

[32](#) João B. Serra, «A evolução política (1910-1917)», em *História da Primeira República Portuguesa*, por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (Lisboa: Tinta da China, 2010), 110-11.

[33](#) Ordem do Exército n.º 15 da I Série de 1913, 687. “Acrescendo também existir ainda, em depósito, uma grande quantidade de artigos fabricados anteriormente a 7 de Agosto de 1911, e segundo o plano de uniformes até então em vigor, impõe-se como medida de boa administração aproveitar todos êsses artigos, adoptando disposições que evitem o mais possível as despesas de transformação, e pôr de parte, no plano de 7 de Agosto de 1911, aqueles artigos de que ainda não se adquiriu exemplar algum e que podem, com vantagem, ser substituídos por outros do antigo plano, dos quais há a quantidade suficiente.”

[34](#) Sérgio Veludo Coelho, «Uniformologia - O Jogo da aparência e da realidade», *Revista População e Sociedade*, n. 4 (1999), 11.

[35](#) Sérgio Veludo Coelho, «Os Uniformes do Exército Português na Transição da Monarquia para a República» (XIX Colóquio de História Militar - 100 anos de regime republicano: políticas, rupturas e continuidades, Lisboa, 2010), 22-23; Coelho, «O combatente português da Grande Guerra - fardamento e equipamento» (2018), 8-9.

[36](#) Branco, *Uniformes do Exército Português 1913-1919* (2015), 12-13.

[37](#) Branco, *Uniformes do Corpo Expedicionário Português* (2014), 24-26.

[38](#) Isabel Pestana Marques, «O Dia-a-Dia na Zona de Guerra», em *Das Trincheiras, Com Saudade* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2008), 145.

[39](#) *Idem*, 145-46.

[40](#) Meneses, *De Lisboa a La Lys - O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra* (2018), 78.

[41](#) Marques, «O Dia-a-Dia na Zona de Guerra» (2008), 148.

[42](#) Ordem de Serviço n.º 119 do CEP, de 6 de Julho de 1917. Transcrita em Branco, *Uniformes do Corpo Expedicionário Português* (2014), 33.

[43](#) Marques, «O Dia-a-Dia na Zona de Guerra» (2008), 149-51.

[44](#) *Idem*, 152.

[45](#) Branco, *Uniformes do Corpo Expedicionário Português* (2014), 22.

[46](#) Marques, «O Dia-a-Dia na Zona de Guerra» (2008), 152.

[47](#) *Idem*, 153.

[48](#) Meneses, *De Lisboa a La Lys - O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra* (2018), 111-68.